

TEORIA CRÍTICA E COMUNICAÇÃO: A VEA LATENTE DO CORPO ESTRUTURAL DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Katja Junqueira Bohmann *

Nesta parte introdutória, consideramos as influências que levaram o filósofo e teórico social, Jürgen Habermas à construção da Teoria da Ação Comunicativa (TAC), desde uma perspectiva que considera a análise crítica como via de trabalho e pesquisa. Definindo a “Escola de Frankfurt”, como uma corrente de investigação teórica e pesquisa social, em que apesar das particularidades de cada linha de pensamento defendida, ainda assim, suas teorias fundamentais possuem uma mesma estrutura baseada nos princípios da Teoria Crítica.¹ Idealizada e produzida a partir dos estudos realizados no Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*)² que puderam ser reunidos em uma unidade teórica. O foco dos estudos registrados no arquivo da história do socialismo e do movimento operário (*Archiv*) pela Revista de Pesquisa Social (*Zeitschrift für Sozialforschung*) transformou-se a partir de Horkheimer. A pesquisa e a análise crítica passaram a focar nas relações sociais baseadas na linguagem, tecnologia e comunicação de massa, para responder a uma demanda de questões originadas nos problemas gerados pela superestrutura do capitalismo moderno.

Na Alemanha de 1931, após a emergência da política nazista e do antisemitismo foram criados filiais do Instituto em Paris, Genebra e Londres; posteriormente, com a consolidação nazista, após 1933, muitos dos 33 intelectuais vinculados a Escola de Frankfurt emigraram para os Estados Unidos. Nesta fase, os estudos se voltaram principalmente ao aprofundamento da Teoria Crítica, influenciada pela cultura americana de democracia de massas, em busca da compreensão sobre o capitalismo moderno, cuja discussão fora inaugurada pela obra “A Teoria Crítica e Teoria Tradicional” de Horkheimer (1937). Em 1950, após o fim do nazismo e da segunda guerra mundial, o Instituto volta a funcionar em Frankfurt,

¹ Docente - Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: ka.filosofia@hotmail.com

¹ Para esta análise tomamos os estudos realizados pela pesquisadora em teoria sociológica, Barbara Freitag em sua obra “A Teoria Crítica: Ontem e Hoje” (1ª edição de 1986), cujo tema, muitas vezes polêmico, da trajetória dos estudos teóricos e práticos de Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, Luckás, Habermas entre outros pesquisadores da Escola de Frankfurt.

² O Instituto nasceu em 1922, na Alemanha, com a ideia de reunir os estudos de corrente marxista sobre os movimentos operários da Europa, vinculando-se oficialmente à Universidade de Frankfurt em 3 de fevereiro de 1923, o primeiro diretor foi Carl Grünberg, sendo substituído por Max Horkheimer em 1930. (FREITAG, 1993: 9).

ainda sob direção de Horkheimer; logo após sua aposentadoria em 1967, Adorno torna-se o novo diretor. Habermas é considerado o “herdeiro intelectual” desta escola, pois tentou da sua maneira resgatar os estudos teóricos realizados por seus mestres numa fase anterior, fiel ao critério de abertura crítica, revisando-os e tentando superá-los³.

Habermas, segundo Freitag (1993), acompanha o pensamento da “velha” teoria crítica até meados de 1978, mas, em 1981 com o lançamento da TAC, as divergências entre seu pensamento e a “Dialética do Esclarecimento” de Horkheimer e Adorno (1947) tornaram-se evidentes. Para Habermas é inevitável o fim da filosofia da consciência, já que este paradigma não foi capaz de sustentar seus fundamentos, ou seja, de resolver suas próprias aporias. A partir de uma crítica radical da modernidade, é proposto um novo paradigma, o da ação comunicativa, reformulando o conceito de razão para que não fosse dissolvido nas características de um irracionalismo mal estruturado sob o paradigma da modernidade (FREITAG, 1993: 107).

As principais deficiências apontadas têm origem a partir de três aspectos específicos: os conceitos de razão, de verdade e de democracia baseados no paradigma da consciência, que denunciam à modernidade sua fraqueza e falta de sustentação, pois o seu fundamento inabalável fora destruído. A ideia de verdade monológica, autonomia do sujeito, iluminismo e emancipação do indivíduo, que seriam materializadas pelas relações de produção da sociedade burguesa não se realizou, transformou-se no mito que ela pretendia substituir, descartando a modernidade como um equívoco e abrindo o início da pós-modernidade. Porém, ao longo de sua pesquisa crítica, Habermas se volta contra esta perspectiva que apoia no equivocado conceito de razão iluminista todos os problemas sociais e econômicos, pois, acaba por relativizar o conceito de racionalidade, ao ponto de ser destruído em sua essência.

Neste sentido, o problema consiste numa necessidade da mudança radical do paradigma da consciência, que não alcança mais abranger o contexto em que se encontra. Não existem elementos no paradigma do sujeito consciente para resolver os problemas que a vivência produz nas relações de entendimento, que são fundamentadas na linguagem e comunicação. Então, é necessário buscar um novo paradigma que permita a revisão crítica a partir da construção dialógica dos conceitos na estrutura de uma ação coletiva e comunicativa.

O paradigma, e não a razão propriamente, que deve ser um conceito superado. Conforme o paradigma da ação comunicativa baseado na linguagem media-

³ Principalmente com a elaboração das obras: Técnica e Ciência como “Ideologia” (*Wissenschaft und Technik als Ideologie*, 1968), A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio (*Legitimationsprobleme des Spätkapitalismus*, 1972), Teoria da Ação Comunicativa (*Theorie des Kommunikativen Handelns*, 1981-1984), entre outras. (FREITAG, 1993: 29)

dora das relações entre os sujeitos conscientes é possível construir novos conceitos a partir da revisão crítica e pragmática. Horkheimer e Adorno confiavam suas pesquisas na base da teoria marxista fundada na crítica do conceito de uma razão materializada através das relações de trabalho e de produção da sociedade industrial burguesa, que seria capaz de emancipar as consciências, libertando-as da repressão e da opressão. Porém, isto não aconteceu, condenando ao fracasso toda a base de apoio da estrutura conceitual da razão dialética.

Os acontecimentos sociais e os fatos históricos mostraram, ao invés do esperado pelos estudos, que houve um crescimento da burocratização partidária e administrativa e um aumento da intervenção estatal no controle dos movimentos revolucionários e das crises econômicas e políticas. A comunicação, educação e informações tornaram-se mero instrumento sustentado pela quantidade de dados e pouca interpretação e análise crítica, mostrando-se eficaz nos resultados das ações intencionadas a absorver as consciências através da manipulação de massas.

Para Habermas, este contexto social era problemático porque a perspectiva estava equivocada, quando o submetia somente ao aspecto filosófico histórico do conceito de razão. Conforme Marx, as relações sociais e políticas eram mediadas pelas relações sociais de produção, considerando efetivamente todas as suas implicações e o fato de que o sistema tem seus próprios mecanismos de absorver a racionalidade; como por exemplo, através do fetichismo e da coisificação das relações humanas e produtos do trabalho humano. Diante disso, a nova mediação, para o entendimento mútuo, que tem a efetiva capacidade de realizar o caráter de emancipação da razão, é a intersubjetividade, cujo fundamento consiste numa forma de comunicação racional, em argumentos razoáveis e aceitos por uma comunidade (FREITAG, 1993: 110).

Não há mais sentido em tomar a verdade como absoluta e estática, a democracia deve ser radicalizada, descentralizada e expandida para todas as formas de interação social, principalmente a comunicação e a linguagem no cotidiano do seu uso. O conhecimento verdadeiro deve ser um processo orgânico em permanente construção e revisão através da linguagem dialógica aberta para a crítica. Deve ainda, ser coerente com a racionalidade emancipada na comunicação contemporânea, onde os sujeitos que compõem o meio social podem interagir na realidade da vivência social compartilhada. Neste sentido, a verdade é reconhecida por regras ou acordos concebidos através do consenso (FREITAG, 1993: 113). Evitamos com este novo paradigma uma possível manipulação de massas e estabelecemos as garantias do entendimento mútuo entre os sujeitos de uma comunidade através da compreensão racional de seus problemas e soluções pragmáticas, ou seja, de suas opiniões, argumentos e pontos de vista sob um determinado tema em comum.

O entendimento, o reconhecimento intersubjetivo e o Princípio da Universalização (U) como base da Ação Comunicativa.

O fundamento que garante a validade e a efetividade de uma argumentação é sustentado pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade das proposições, dentro do horizonte do mundo da vida. A interação entre as pessoas se efetiva com a linguagem na ação comunicativa, cujo sentido é a busca pelo entendimento mútuo, caracterizado por um acordo correspondente aos interesses e as motivações racionais de cada um dos sujeitos dentro do contexto social. No entanto, este acordo pode ser rompido sempre que houver um conflito, quando qualquer um dos sujeitos participantes tiver motivos para se encontrar discordante, pode demonstrar racionalmente sua crítica e provocar uma nova discussão, para rever os antigos argumentos e avaliar os novos propostos a pretensões de validade. Estas proposições possuem uma característica determinante, pois pretendem o reconhecimento de sua validade para a comunidade de fala em que se inserem, e, neste sentido, devem apresentar uma estrutura que permita críticas e correções.

O entendimento mútuo somente é realizado quando a ação comunicativa, composta de proposições com pretensões de validade, se completa com a integração dos seus três sentidos: no mundo objetivo (totalidade de coisas existentes), no mundo social comum (totalidade das relações interpessoais na sociedade) e no mundo subjetivo (totalidade das próprias vivências). A ação comunicativa é uma evolução racional da própria razão, que gera a necessidade da mudança nas relações de entendimento entre os sujeitos sociais racionalizados. Na ação estratégica os sujeitos agem uns sobre os outros e inclusive sobre si mesmos, enquanto natureza pulsional e de forma objetivante, impondo e controlando tudo como coisas que se destinam a um determinado fim, desejado e manifestado na intenção de dominação.

Na constituição da ação comunicativa o sujeito age orientado por argumentos reconhecidos intersubjetivamente através de proposições com pretensões de validade, motivando o outro componente da comunicação e a si mesmo, devido à coerência e consistência da argumentação, seja esta apoiada em boas razões ou num comportamento exemplar. Durante a Idade Média, em geral, o fundamento das normas e leis eram as imagens religiosas metafísicas do mundo, que davam assim, o caráter de validade universal a um conhecimento. Na Modernidade a metodologia da ciência torna-se o paradigma social de descobertas e experimentações com valor de conhecimento seguro, e a racionalização se desenvolve de forma instrumental e técnica, as normas são baseadas no princípio da indução ou da dedução.

O princípio que se orienta por um meio subjetivo e que se objetiva de uma forma monológica em busca de um argumento válido ou verdadeiro só entende a vontade comum como uma reflexão individual. Habermas busca um caminho di-

ferente para resolver os paradoxos da universalização monológica kantiana que se mostrou na pragmática uma forma parcial e incompatível com a ideia de universalidade; reformulando, para isto, uma nova teoria que seja efetivamente a garantia de uma universalização realizada nas relações práticas que envolvem as diferenças subjetivas, e que assim, compreenda as interpretações e perspectivas de todos os sujeitos na medida do possível.

O princípio da universalização é fundamentado através de regras e normas racionais de argumentação, que possibilita o movimento necessário à realização do reconhecimento e do entendimento na comunicação linguística, de maneira que possa melhor se adaptar na sua relação com o contexto social e sua inevitável mutabilidade. O princípio ético discursivo é estruturado a partir da formação imparcial de um juízo. Para isso, é necessário que os interesses sejam comuns, para satisfação de cada um, como uma norma válida pelo reconhecimento intersubjetivo na forma de um acordo entre todos os participantes envolvidos pelo interesse no discurso. Para alcançar a perspectiva de cada outro que integra a vida social é preciso trocar os papéis dentro do discurso, através da linguagem que se expressa através da ação comunicativa os argumentos de cada um dos participantes. As ações dos sujeitos são coordenadas e orientadas racionalmente, na direção de um consenso, sendo assim, todos os conflitos que forem surgindo podem ser expressos e resolvidos intersubjetivamente. Os diversos participantes concernidos argumentam efetivamente numa forma de cooperação socializada pela comunicação ativa, que busca o entendimento mútuo, através do exame discursivo da pretensão de validade das proposições.

O princípio da universalização prioriza as relações de intersubjetividade e pretende ser efetivamente um fundamento normativo, aceito e reconhecido como universal. Sustentando a base da estrutura que garante a possibilidade de comunicação linguística entre as diferentes subjetividades e perspectivas pessoais que compõem um conjunto social complexo e que por isso compartilham o mesmo horizonte do mundo da vida. A ação comunicativa gerada a partir do processo social de construção do conhecimento dialógico, através do intercâmbio de proposições com pretensões de validade, e assim, do movimento entre o consenso e o conflito, é necessária para superação do relativismo que tende a dissolver as relações interpessoais na supervalorização da subjetividade. O incentivo à construção de normas racionais que regulem as relações intersubjetivas é uma alternativa para que as pessoas socializadas e racionalizadas possam compreender as diferenças entre suas perspectivas. Possibilitando a troca de posição com o outro no discurso, construindo um espaço social para resolver seus problemas sem imposição, manipulação, violência, ou indiferença. (HABERMAS, 1968).

Desenvolvimento do conceito de ação a partir do estudo das Teses da Perda de Sentido e da Perda de Liberdade em relação com a generalização da razão instrumental.

Com o propósito de superar a problemática encontrada na estrutura da crítica à razão instrumental, acrescentamos a ela uma análise e um possível diagnóstico dos tempos atuais. A TAC se direciona para o desenvolvimento e ampliação dos conceitos de ação anteriormente baseados no paradigma moderno; buscando realizar uma crítica radical que resulte em um novo horizonte ou em uma maior compreensão da história e da vida humana e social. A veia central do corpo do problema consiste essencialmente na questão da racionalidade do discurso entre diferentes subjetividades, que reflete as consequências da perda de sentido e da perda da liberdade na sociedade sob a influência do paradigma moderno. (HABERMAS, 1999: 29).

Determina assim, indireta e diretamente, o conjunto dos acontecimentos e situações atuais, representados nas constantes divisões e especializações dos âmbitos da vida produtiva, gerando o crescente número de subsistemas que são orientados cada qual para um determinado fim. O sistema é assim, insustentável na medida em que cada subsistema organiza as relações internas interdependentes como independentes. Enquanto orientado à obtenção do êxito do indivíduo sem considerar as inter-relações necessárias para a produção coletiva da base do sistema em que esse mesmo indivíduo é gerado e necessita ser mantido. A Teoria da Ação Comunicativa traz um novo sentido para as ações orientadas para o entendimento promovido através da racionalização social, integrada nos dois âmbitos, ou seja, no mundo da vida e no sistema.

Desde que as ações humanas estejam orientadas para o entendimento mútuo, podemos começar a construção teórica de uma estrutura, que ao invés de desintegrar o conjunto social composto de ilhas ou subsistemas, é capaz de gerar pontes através de normas que possibilitem a comunicação racional entre os sujeitos. Segundo o próprio autor da TAC:

Então, a racionalização social não significa a difusão da ação racional orientada à um fim e a transformação dos âmbitos da ação comunicativa em subsistemas de ação racional orientada à um fim. O ponto de referência que melhor a constitui é o potencial de racionalidade impelido na base de validade da fala." (HABERMAS. 1999: 433 - Tradução da autora)

A comunicação deve acontecer dentro de um espaço garantido por normas de validade do discurso, reconhecidas por todas as partes devido ao potencial de racionalidade do discurso produzido coletivamente. A integração social, mesmo que a posteriori, de tantas divisões dos subsistemas pode ser obtida através do

processo de comunicação racionalizado, que consiste essencialmente na alternância entre o consenso e o conflito formalizados, baseada nas relações intersubjetivas de linguagem. As decisões racionais são tomadas sempre a partir do processo de interpretação dos participantes inseridos no contexto do mundo da vida. A ação comunicativa busca o consenso entre os participantes, mas ao mesmo tempo provoca o conflito que abala o consenso anterior, quer dizer, constrói-se uma ponte entre dois ou mais concernidos em um grupo social comum. As relações de linguagem são mantidas constantemente, significa que estas podem ou não modificar o conteúdo do entendimento sempre que este perder o reconhecimento ou a credibilidade, que teriam como consequência a perda de sentido.

A racionalização social na perspectiva da linguagem como uma efetivação da ação comunicativa integra na sua estrutura a racionalização do mundo da vida com a racionalização do sistema, sem anular ou submeter um ao outro. Pois, são complementares na proposta de superar as contradições entre os dois princípios da razão: o comunicativo e o instrumental, necessários à integração social. Assim, por um lado teríamos o controle além da linguagem dialógica das ações orientadas a um fim e por outro a comunicação ativa onde as ações dos participantes do discurso (*logos*) são orientadas às pretensões de validade. A sociedade como um todo se completa englobando ambas as orientações sem detrimento de uma ou da outra.

A crítica à razão instrumental é caracterizada pela crítica à institucionalização da economia e da administração pública que coordenam todas as ações sociais e políticas para um fim, substituindo assim a linguagem comunicativa pelo poder e renda como mediação. Em oposição à centralização da visão de mundo, que somente reconhece a orientação para fins, uma compreensão da visão de mundo proporcionada pelo entendimento intersubjetivo é descentralizada e por isso sujeita às críticas, constantemente construída e desconstruída exigindo a necessidade de regras que garantam a transparência e a legitimidade do processo.

Habermas parte da crítica à teoria weberiana, que explica a modernidade como uma tentativa de aumento da racionalidade socialmente contraditória. A incompatibilidade entre o estímulo para a ação comunicativa e o progresso dos subsistemas capitalistas de ação reforça a intolerância das diferenças humanas e culturais. Esta separação e independência dos valores morais, cognitivos, expressivos e normativos, entre si, contribuem para a fonte principal dos problemas de perda da identidade e falta de solidariedade nas sociedades complexas contemporâneas (HABERMAS, 1999: 442). A teoria social consiste na dialética entre a teoria do sistema e a teoria da ação, à maneira de Marx, e não na dissociação entre estes dois aspectos que embora distintos, são necessariamente complementares.

No contexto histórico, a tradição do conhecimento científico perdeu a antiga credibilidade, antes apoiada no ideal de um fundamento inabalável, em que o saber se dissocia do âmbito da fé, que por sua vez vai sendo privatizada e absorvida por questões imediatas. Resumida ao desencantamento e falta de susten-

tabilidade dos seus princípios teleológicos, cosmológicos e ontológicos: “o saber religioso metafísico recebido como doutrina está fossilizado num dogma; a revelação e a sabedoria recebida se transformam em mera tradição; a convicção, num assentimento subjetivo.”⁴ Os valores da arte e da moral são dissolvidos e as ciências funcionam sem comunicação entre si. O modelo de dominação social baseado nos padrões ideológicos burgueses também perde a validade, porque o conceito de solidariedade em que estava fundamentado tornou-se uma forma de ação duvidosa, denunciando a sua própria fraqueza e conseqüentemente mostrando-se ser uma apologia.

O abalo nos princípios de integração social desencadeado pelo paradoxo da racionalização instrumental é demonstrado pelas sucessivas divisões e diferenciações entre os níveis culturais especializados, que contribuem para a subjetivação e relativização da razão. A teoria da ação comunicativa busca a radicalização da filosofia da linguagem através do entendimento mútuo constituído nas relações entre sujeitos racionais. Podemos perceber a partir da argumentação exposta que a definição de razão subjetiva é um insustentável, porque busca a autoconservação de um sujeito somente, que na realidade de sua existência depende do meio social, em amplo sentido, para esta mesma finalidade. Esta contradição não pode ser resolvida pela filosofia da consciência, pois a supervalorização da autopreservação subjetiva conduz à desintegração social (HABERMAS, 1999: 446).

Neste sentido, a estrutura da razão subjetiva corresponde à estrutura da razão instrumental que impede o processo de aprendizagem, ou seja, cria barreiras para a construção cognitiva do conhecimento que se constitui e se realiza nas ações comunicativas. Como salvar somente um indivíduo quando este depende da característica social de coexistência com outros da espécie humana? Para a ética protestante é uma forma de unificar todas as forças metódicas para a evolução dos sistemas sociais, enquanto que podemos acrescentar o individualismo como independência dos sujeitos a autoconservação é transformada em promessa de conservação extraterrena ou pós-morte.

A definição de autoconservação expressa uma repressão dos instintos naturais humanos da existência como necessidade. A liberdade é uma contradição lógica, quando para conquistar a liberdade é preciso antes e simultaneamente renunciá-la. Neste sentido, a tese da perda da liberdade como diagnóstico explica este fator de desintegração a partir dos sintomas do autoengano da consciência subjetiva na fundamentação da sua ação na orientação por um fim. A ideia de autonomia e o desenvolvimento dos juízos morais são guiados pelos valores e fins de uma democracia plebiscitária, onde estes princípios são capazes de emancipar

⁴ Conforme o original: “*El saber religioso-metafísico recibido como doctrina se há fossilizado en dogma; la revelación e la sabiduría recibida se mudan en mera tradición; la convicción, en un asentimiento subjetivo.*” (HABERMAS, 1999: 442 - Tradução da autora).

as subjetividades e os líderes acabam por se promover através da exaltação de um aparente carisma e de um voluntarismo exacerbado (HABERMAS, 1999: 448). A autoconservação é na realidade uma tática de manutenção do sistema, a realidade absoluta é o espelho da razão subjetiva formalizada, em que o sujeito cada vez se guia menos pelo superego e cada vez mais precisa se adaptar ao contexto imperativo e repressor. No entanto, ao longo do processo de racionalização no âmbito mais geral, esta necessidade de controle das ações humanas inerente ao sistema enfraquece o fundamento da liberdade.

O significado da alienação consiste na obrigação dos indivíduos a uma acomodação tanto fisicamente quanto espiritualmente, com relação às técnicas de ação produzidas no seu meio social e ambiental. O controle das personalidades é necessidade comum do trabalho coletivo, automaticamente exigindo uma regulação das ações humanas por parte da iniciativa das empresas, institutos e imperativos de acomodação ao meio social burocratizado:

Esta destruição de uma identidade que o indivíduo somente pode obter de uma orientação por <categorias espirituais> ou princípios, Horkheimer não só a coloca em relação direta com a burocratização, como também a refere ao desprendimento dos sistemas de ação racional orientada a um fim sobre a cultura, quer dizer, sobre um horizonte do mundo da vida, vivido como racional.⁵

Destruindo a própria possibilidade de convivência das diferentes subjetividades os sistemas de ação se desprendem da cultura, dissolvendo o mundo da vida e os impulsos práticos morais da natureza humana. A perda de sentido das ações humanas fora do mundo contemporâneo da comunicação trouxe consequências na compreensão do caráter humano dentro de uma perspectiva social. A desvinculação do trabalho e das ações em geral, quanto ao aspecto de estarem essencialmente inseridos no mundo da vida compartilhado, gerou uma desconexão entre as partes que formam e completam aquilo que fornece motivação e sentido à vida humana. A perda de liberdade é resultado de uma ilusão baseada na crença de que a promessa de liberdade vale mais do que a efetiva liberdade vivida. A troca equivocada consiste na exaltação da necessidade da manutenção do sistema capitalista para o sustento da vida, mas na realidade o sistema nasce a partir desta fonte vital, produzido a partir do modo de pensar e da ação humana. A manutenção da vida na perspectiva humana necessita de mais elementos do que somente um modelo de ação orientado por uma razão instrumental, assim, a racionalidade é estendida como um critério de toda possibilidade de interações.

⁵ Conforme o original: “*Esta destrucción de una identidad que el individuo solo puede obtener de una orientación por <categorias espirituales> o principios, Horkheimer no sólo la pone en relación directa con la burocratización, sino que la refiere también al desprendimiento de los sistemas de acción racional con a reglos a fines respecto de la cultura, es decir, respecto de un horizonte de mundo de la vida, vivido como racional.*” (HABERMAS, 1999: 451 - Tradução da autora).

A crescente coisificação (Verdinglichung) dos aspectos referentes ao mundo da vida como barreira ao processo de comunicação e entendimento intersubjetivo.

A evolução da sociedade burguesa é uma história contínua das revoluções nas formas de objetividade da existência humana, numa correspondência em que a razão se objetiva nas relações dos homens entre si e com a natureza. Porém esta aparente universalidade da razão é um pré-julgamento característico da sociedade capitalista que só consegue uma visão parcial das relações humanas, não alcançando efetivamente os três âmbitos do mundo. Este pré-julgamento funciona como um prejuízo que “coisifica” os componentes do mundo da vida compartilhado, a partir da manipulação das relações sociais e das vivências pessoais. (HABERMAS, 1999: 453). A coisificação produz erros categoriais que afetam a forma de pensar e de viver dos sujeitos. O caráter de universalidade da forma mercadológica de estabelecer relações deve ser entendido no contexto de uma teoria do conhecimento.

A relação social do trabalho é associada à objetividade do produto do trabalho e definida como uma relação externa de coisas. A força de ação do trabalho é completamente dissociada da ação do trabalhador enquanto ser humano e fonte vital, considerado como fornecedor de uma mercadoria, ou seja, seu tempo e trabalho. Segundo Habermas (1999: 456), as relações sociais no paradigma da intersubjetividade devem ser compreendidas e determinadas através da vontade comum. A partir das relações de interação do trabalho e as relações dos sujeitos, a primeira baseia-se na tradição herdada e a segunda é uma construção cognitiva que se efetiva intencionalmente na ação comunicativa. No entanto, o processo de coisificação mantém o capital como o meio único capaz de definir os valores de troca nas relações humanas, desconectando as atividades produtivas do mundo da vida compartilhado na comunicação. A vontade comum fica posta sempre como uma coisa externa e imprevisível, o sentido da sociedade é distorcido, pois o sujeito no meio social precisa do trabalho que se regula pelo mercado onde é necessária uma competição constante entre os sujeitos.

Neste mesmo sentido, quanto mais atingirem a independência individualizada maior será o isolamento social e a destruição da comunicação entre eles. O conceito de “coisificação” pode demonstrar que a razão quando regulada pelo capital gera uma redução da qualidade de vida humana transformando ações humanas em produtos calculáveis e manipuláveis. O sistema capitalista moderno é fruto deste processo de “deslinguistização” das relações humanas, contrário à comunicação gerando uma barreira que coisifica o mundo da vida e dissolve a constituição da sociedade (HABERMAS, 1999: 458):

Enquanto a unidade da razão somente for pensada dialeticamente e somente nos asseguramos dela no interior de uma teoria que

ultrapasse os limites de uma racionalidade formal; uma filosofia, não fará nada mais do que reproduzir a estrutura coisificada de uma consciência obrigando o homem a comportar-se contemplativamente frente ao mundo que ele mesmo criou. (HABERMAS, 1999: 462 – Tradução da autora)

A práxis histórica como unidade realizada do processo de racionalização das relações humanas, poderia funcionar superando os enganos e distorções entre a teoria e a prática de uma racionalidade instrumental, ponto central da sociedade capitalista que absorveu a racionalidade prática, mutilou a práxis comunicativa e se mostrou incompleta. As relações e implicações da teoria do fascismo e da cultura de massas seguem a estrutura da argumentação construída por Habermas. A anulação do poder de criação e a exaltação da reprodução de um modelo ultrapassado causam uma profunda estagnação da cultura. O fascismo, neste sentido, é também uma forma de manipulação dos desejos subjetivos, a política fascista é usada para legitimar a opressão e absorver a natureza subjetiva sob o desígnio de um tipo de sistema de racionalidade considerado e imposto superior à função comunicativa criadora das ações humanas.

As mercadorias de nova moda provocam uma confusão no reconhecimento do valor de uso e o valor de troca dos bens de consumo e da cultura em geral. A arte fica resumida numa simples produtora de diversão e entretenimento, submetida a uma esfera de consolo e substituição de processos subjetivos de dor, sofrimento e da angústia existencial, na qual as relações humanas comunicativas são enfraquecidas e subjugadas, conforme Habermas (1999: 473): “certamente que a formidável ampliação do potencial de comunicação está, por ora, neutralizada por formas de organização que asseguram fluxos de comunicação em uma só direção, e não fluxos de comunicação reversíveis.” As formas de comunicação são reguladas numa única direção, limitando o alcance da ação comunicativa, que poderia por sua própria necessidade estrutural desempenhar plenamente a função de integradora dos agentes sociais de uma cultura espontânea e diversificada.

A troca de argumentos e a possibilidade da não identidade, ou seja, do reconhecimento do outro fornece a base da liberação da consciência e da reconciliação humana, por isso não pode submeter-se a nenhuma autoridade externa monológica ou subjetiva. A autorreflexão da ciência é o ponto de partida para a reflexão crítica, onde a questão central é a de como essa autorreflexão absorve o próprio fundamento, contexto e pensamento pelo mesmo modelo de processo de redução do mundo da vida ao mundo dos fenômenos. A generalização da coisificação absorve toda a cultura humana e se engrandece na exaltação da abstração das estruturas da consciência isolada. As causas da coisificação das consciências devem ser investigadas a partir da crítica ao controle da cultura de massas na comunicação, uma forma eficaz de garantir a dominação da natureza interna e externa do homem através da autoafirmação individual.

A ideia de uma conciliação entre natureza e espírito como definição sistemática do fundamento do conceito de razão foi derrubada com a força da crítica capaz de sustentar a promessa de uma sociedade humanizada. A base social sustentada no controle de um sujeito por outro contradiz o conceito de autoconservação e anula o sentido de compartilhamento humano da sociedade e da cultura. A natureza humana de conhecer a si mesma encontra a frustração na busca da verdade universal e não pode sair da cadeia circular que toma a razão como mais um dos seus objetos.

Conclusão

A característica dialógica da argumentação no paradigma da intersubjetividade baseada na comunicação é uma herança dos diálogos de Habermas com os pensamentos marxista e weberiano, de forma direta ou indireta através dos estudos e referências à Adorno e Horkheimer. A pragmática na análise da linguagem e no processo de construção do conhecimento consiste numa estruturação fundamental da ação comunicativa. O fundamento que sustenta a estrutura da TAC é composto por uma rede de discussões, baseadas numa tradição que compartilha a mesma estrutura crítica e que trabalha com os problemas de integração social e comunicação.

O distanciamento entre os âmbitos da vida causa a desintegração e a coisificação das relações sociais e humanas, que ao contrário devem ser estimuladas à interação através da troca linguística de proposições, expressões morais e estéticas para fortalecer as relações comunicativas que os identificam enquanto sujeitos que coexistem na mesma sociedade. Habermas fundamenta a TAC na necessidade de interação e integração social para a manutenção da vida, tanto por via teórica e conceitual que responde às exigências da problemática do pensamento contemporâneo quanto na correspondência entre as formulações teóricas e o contexto da prática vivida nas relações sociais humanas. O fundamento crítico e dialógico da ação comunicativa não é imposto e não é um sistema que pretenda compreender absolutamente todos os âmbitos da vida de modo estático. No reconhecimento intersubjetivo é pressuposto que todos os participantes da mesma sociedade ou comunidade de discussão tenham as mesmas condições para o exercício da atividade de comunicação ou interação linguística.

Neste sentido, não há obrigação de se submeter à vontade ou verdade que não seja aceitável racionalmente por uma argumentação construtiva e cognitiva produzida por sujeitos que se comunicam com base no entendimento mútuo, apoiados na garantia de respeito aos princípios da democracia. A integração da diversidade, tanto dos âmbitos da vida quanto das expressões e manifestações subjetivas, é uma possibilidade no horizonte de uma mudança radical do pensamento humano

superando a velha atitude contemplativa. A crítica à razão instrumental estabelece na estrutura da teoria habermasiana uma necessidade do melhoramento da sociedade contemporânea como uma tentativa de resgatar o desenvolvimento da crítica no pensamento dialógico. Capaz de orientar as ações humanas com garantia da liberdade do sujeito que compreende, avalia e escolhe suas ações e argumentos motivadores através do procedimento linguístico racional. As ações humanas que tem como objetivo a manutenção direta do sistema macrossocial econômico sem levar em consideração a vida em suas relações essenciais, elimina os espaços da criatividade, do desenvolvimento da racionalidade, da atitude crítica reflexiva e da igualdade nas trocas discursivas. A ação comunicativa elevada à categoria de paradigma da intersubjetividade é capaz de garantir o espaço para o entendimento mútuo na busca do consenso, desde que reconhecida e estabelecida por meio de regras normativas que sirvam de sustentação à prática linguística livre.

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- FREITAG, B.[1986] *A Teoria Crítica: Ontem e hoje*, 4. Ed, São Paulo: Brasiliense, 1993.
- HABERMAS, J.[1968] *Conhecimento e Interesse*. Ed. Brasileira, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. [1981] *Teoria de la acción comunicativa I: racionalidade de la acción y racionalización social*. 7. ed. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 1999.
- _____. [1981] *Teoria de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista*. 3. ed. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 1992.
- HEGEL, G. W. F. *O Estado*. Campinas: Textos didáticos: 1998. (Trad. Marcos Lutz Müller)
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1993.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARCUSE, H. *A Ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, tomo 2. São Paulo: Editora Abril, 1984.
- _____. *Manuscritos Econômicos- Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1971.

_____. *Teses contra Feuerbach*. São Paulo: Ed. Abril, 1978. (Coleção Os pensadores)

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, Vol. I.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999, Vol. II.